



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão Especial Parecer de redação do vencido sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 8/23

Relatório

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 8/23, que “Altera o art. 110 e o art. 111 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte”, de autoria dos vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo e Cleiton Xavier, da vereadora Fernanda Pereira Altoé, dos vereadores Fernando Luiz, Gabriel, Gilson Guimarães, Henrique Braga e Irlan Melo, da vereadora Janaina Cardoso, do vereador Jorge Santos, da vereadora Marcela Trópia e do vereador Uner Augusto, após ter sido aprovada em 1º turno a Emenda nº 1 - Substitutivo, retorna a esta comissão para a redação do vencido, nos termos do art. 116 do Regimento Interno.

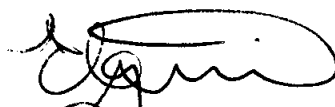
Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, apresento esta proposta de redação do vencido da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 8/23.

Belo Horizonte, 15/06/23


RELATORA

CMBH DIRLEG-16/jun/23-07:13:59-003341-1



PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 8/23

Altera o art. 110 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova:

Art. 1º - O art. 110 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH - passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 110 - São infrações político-administrativas do prefeito, sujeitas a julgamento pela Câmara e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais por comissão de investigação da Câmara ou por auditoria regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, os pedidos de informação da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e os atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município por tempo superior ao permitido nesta Lei Orgânica ou afastar-se do exercício do cargo sem autorização da Câmara;

X - deixar de remeter à Câmara, até o dia 20 (vinte) de cada mês, 1/12 (um duodécimo) da dotação orçamentária destinada ao Poder Legislativo, salvo se por motivo justo fundamentado ao Presidente da Câmara em tempo hábil;



XI - deixar de declarar seus bens, nos termos do art. 215, parágrafo único;

XII - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

§ 1º - O processo de cassação do mandato do prefeito pela Câmara por infrações definidas no *caput* deste artigo obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor com a exposição dos fatos e a indicação das provas;

II - de posse da denúncia, o presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento;

III - decidido o recebimento pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, na mesma sessão será constituída a comissão processante, com 3 (três) vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o presidente e o relator;

IV - recebendo o processo, o presidente da comissão iniciará os trabalhos, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, notificando o denunciado com a remessa de cópia da denúncia e dos documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole até no máximo 10 (dez) testemunhas;

V - decorrido o prazo de defesa, a comissão processante emitirá parecer dentro do prazo de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário;

VI - se a comissão opinar pelo prosseguimento, o presidente designará imediatamente o início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e a inquirição das testemunhas;

VII - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo pessoalmente ou por seu procurador, com a antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

VIII - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e,



após, a comissão processante emitirá o parecer final pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento;

IX - na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer vereador e pelos denunciados, e, a seguir, quem desejar poderá manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

X - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia;

XI - considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, o denunciado que for declarado, pelo voto nominal de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, pelo menos, como incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia;

XII - concluído o julgamento, o presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de prefeito;

XIII - se o resultado da votação for absolutório, o presidente determinará o arquivamento do processo;

XIV - em qualquer dos casos, o presidente da Câmara comunicará o resultado à Justiça Eleitoral.

§ 2º - Se o denunciante for vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação.

§ 3º - Será convocado o suplente do vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a comissão processante.

§ 4º - Se o denunciante for o presidente da Câmara, passará a presidência ao substituto legal para os atos do processo e só votará, se necessário, para completar o quórum de julgamento.

§ 5º - Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação de que trata o inciso IV deste artigo far-se-á por edital, publicado 2 (duas) vezes no órgão oficial, com intervalo de 3 (três) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

§ 6º - O processo a que se refere este artigo deverá ser concluído em 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado, e, transcorrido o prazo sem julgamento, será arquivado sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos."

Art. 2º - Esta emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15/06/23


RELATORA